SINDILEX

Fique por Dentro

27 de fevereiro de 2024 | nº 75

Artigo Crítico Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo

VEJA NESTA EDIÇÃO

- TCMSP lança edital para verificar autodeclaração de candidatos ao concurso
- Câmara lança edital de prova para Procurador, Taquígrafo e Técnico Legislativo
- Ações Judiciais: PASEP e FGTS

AGENDAS E EVENTOS IMPORTANTES

19 de fevereiro

Reunião da Escola Sindilex/Pública

O grupo de trabalho Escola Sindilex/Pública realizou sua primeira reunião do ano com a pauta de organizar a nova edição do curso de formação sindical, a fim de oferecer à nossa categoria e aos dirigentes sindicais o melhor conteúdo para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da visão crítica

19 de fevereiro

Assembleia Geral Ordinária (AGO)

Sob a coordenação do presidente Daniel Santos, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária (AGO) para debater e aprovar os pontos da pauta de reivindicações da Data Base de 2024. O Sindilex pedirá o IPCA, que ainda não está fechado, a pauta completa está sendo consolidada e será encaminhada para as direções da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

SINDICALISMO PELO BRASIL

Encontros dirigentes de entidades de Tribunais de Contas

Na quinta-feira (22/02), ocorreram dois encontros produtivos entre dirigentes sindicais dos Tribunais de Contas do país, realizados em Palmas, Tocantins. Os eventos contaram com a presença de Seledonio Lima Jr, presidente do SINSTEC – Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Paulo Guimarães, da FENACONTAS; Amauri Perusso, presidente da FENASTC; e Eduardo Carrion, diretor do SINDILEX, da FENASTC e presidente da ASTCOM/SP.

As conversas, promissoras e com muitos pontos em comum, culminaram na programação de uma reunião em São Paulo, a ser realizada entre 25 e 27 de abril. O encontro visa estabelecer uma agenda de continuidade e contará com a participação de outros membros das diretorias dos sindicatos e das federações dos Tribunais de Contas.

À tarde, os dirigentes reuniram-se com Euclides Casemiro (Kid), presidente da ASTEC – Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e visitaram a sede da AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil, local que sediará parte significativa da “Olimpíada do Jalapão” em setembro.

A agenda dos dirigentes incluiu também um encontro com o Conselheiro André Gonçalves, presidente do TCE/TO, com a participação das quatro entidades (SINSTEC, ASTEC, FENACONTAS e FENASTC).

Durante o almoço, estiveram presentes Seledonio Lima Jr, presidente do SINSTEC; Paulo Guimarães, presidente da FENACONTAS; Eduardo Carrion, diretor da FENASTC e presidente da ASTCOM/SP; e Amauri Perusso, presidente da FENASTC.

Eduardo Carrion representou o Sindilex nos eventos em Tocantins.

Foto: Amauri (FENASTC), Paulo Henrique (FENACONTAS), Carrion (ASTCOMSP) e Kid (ASTEC-TO) visitando AABB Palmas, sede principal da OTC Jalapão 2024.

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

TCMSP publica edital de aferição de veracidade da autodeclaração dos candidatos ao concurso

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo torna público, na quinta-feira (22/02), o resultado da aferição da veracidade da autodeclaração dos candidatos negros, negras ou afrodescendentes, conforme previsto no Edital nº 01/2020, republicado em 24 de novembro de 2022, relativo ao preenchimento de cargos de ensino médio de Auxiliar Técnico de Controle Externo nas especialidades Suporte Administrativo e Técnico de Informática, bem como para os cargos de ensino superior de Auditor de Controle Externo nas especialidades Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas, Economia, Engenharia Civil, Letras – Língua Portuguesa e Tecnologia da Informação, para composição do quadro de servidores deste Tribunal.

Ao todo foram analisados, de acordo com o critério de veracidade das informações, 7 (sete) candidatos e todos eles foram classificados como destinatários da política pública de cotas.

Leia mais clicando aqui

TCMSP nomeia comissão multidisciplinar para avaliar deficiência de aprovados em concurso

Através da Portaria 126/2024, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo constituiu, nos termos do artigo 10 da Lei Municipal nº 13.398/2002, Comissão Multidisciplinar específica para avaliação da compatibilidade da deficiência constatada em candidato aprovado em concurso público com as atribuições do cargo para o qual se candidatou, composta dos seguintes representantes:

Representantes da Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor - COGESS

Teresa Cristina Finotto Visani (Coordenadora da Coordenação de Perícia - Médica / RF 12874)

Helio MitsuruIha (Coordenador da Coordenação de Promoção à Saúde / RF 5758297)

Representantes da carreira de Auditor de Controle Externo

Sergio Takashi Maciel Nakano (Reg. TC 20294)

Rafael Peçanha Waissman (Reg. TC 20223)

Representantes da carreira de Auxiliar Técnico de Controle Externo

Deisy Hissako Kondo (Reg. TC 584)

Representantes do Tribunal de Contas do Município:

Luiza Correia Hruschka (Reg. TC 1472)

Carlos Alberto Rubini (Reg. TC 1608)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara lança edital de prova para Procurador, Taquígrafo e Técnico Legislativo

A Câmara Municipal divulgou, na quarta-feira (21/02), um edital de convocação para a prova prática destinada a três carreiras: Procurador, Taquígrafo e Técnico Legislativo.

Para a carreira de Procurador, a avaliação será composta por uma redação dissertativa e a elaboração de um parecer.

No caso da Taquigrafia, dividida nas funções de Consultor Técnico Legislativo – Registro e Revisão e Técnico Legislativo – Taquigrafia, os candidatos realizarão uma Prova Prática de apanhamento taquigráfico de um texto, que será sorteado antes do início da prova, na presença dos candidatos.

Para o cargo de Técnico Legislativo, está prevista a reaplicação da prova dissertativa – redação.

O edital detalha as normas que os candidatos devem seguir e apresenta a relação dos convocados para as respectivas funções.

Leia edital completo clicando aqui

INFORMES IMPORTANTES

ARTIGOS CRÍTICOS

Imagem ilustrativa: Reprodução

Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo

O artigo se propõe a identificar os impactos iniciais da reforma trabalhista sobre o sindicalismo em um contexto desfavorável aos trabalhadores e à ação coletiva, dado o crescimento da precariedade e da informalidade no mercado de trabalho. A análise trata da reconfiguração das classes trabalhadoras e da fragmentação sindical, bem como dos impactos da reforma sobre as estratégias e ações sindicais e sobre as negociações coletivas. A metodologia combinou pesquisas quantitativas sobre mercado de trabalho com análise documental (instrumentos normativos, matérias de imprensa comercial e sindical) e observação participante. Os resultados mostram que os sindicatos buscam se adaptar ao novo contexto, com pequenas inovações substantivas na ação e organização, e que as negociações têm sido tanto espaço de resistência quanto de legitimação do conteúdo da reforma.

Introdução

Após um período favorável, entre os anos 2004-2014, o movimento sindical brasileiro enfrenta novamente dificuldades de atuação. A dupla crise econômica e política, instalada desde 2015 no país, vem deteriorando as condições de trabalho e de vida das classes populares (Galvão; Marcelino, 2018). As políticas de austeridade implementadas pelos governos Temer e Bolsonaro e a ofensiva sobre os direitos sociais e trabalhistas alteraram as tendências de geração de emprego e formalização que vinham sendo observadas até então e fragilizaram os sindicatos. A reforma trabalhista aprovada em 2017 intensificou esse processo, pois a ampliação de formas precárias de contratação estimula a fragmentação das bases de representação sindical. A reforma também interfere na capacidade de negociação dos sindicatos, ao possibilitar a negociação individual de aspectos das relações de trabalho e a rescisão contratual sem intermediação sindical. Sua dimensão antissindical se revela pela criação de comissões destinadas a representar os trabalhadores no local de trabalho em concorrência com os sindicatos. Por fim, a reforma impacta suas finanças, ao condicionar a cobrança do imposto sindical à anuência prévia do trabalhador (Galvão et al., 2017).

Análises precedentes mostram que as mudanças implementadas a partir da lei 13.467/17 aprofundaram a precarização do trabalho, sobretudo entre as mulheres (Krein et al., 2018; Krein; Véras, 2019). Diante das dificuldades historicamente apresentadas pelo movimento sindical brasileiro para representar os trabalhadores precários (Galvão; Krein, 2019) e as mulheres (Araújo; Ferreira, 2000), cabe indagar de que maneira a reforma trabalhista repercute sobre as relações de trabalho e a ação dos sindicatos, com foco na questão da precarização do trabalho. Esse é o objetivo do presente artigo.

Na primeira seção do artigo, buscamos caracterizar o contexto mais geral em que a ação sindical se desenvolve. Na segunda, analisamos alguns dados referentes ao mercado de trabalho e à sindicalização, para dimensionar as alterações decorrentes da crise econômica e política. Na terceira, identificamos a posição do movimento sindical sobre a reforma e suas estratégias de enfrentamento. Na quarta, examinamos as negociações coletivas. Os dados aqui apresentados têm origem em pesquisas quantitativas sobre mercado de trabalho entre 2012-2018 (PNADC)[1], em análise documental (instrumentos normativos, matérias de imprensa comercial e sindical) e em observação participante.

Leia o artigo completo e conheça os autores clicando aqui

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP

Ação PASEP
Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R$ 500,00 para filiado Sindilex
- R$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R$ 500,00 para filiado Sindilex
- R$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br
Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Ação FGTS
Ainda dá tempo de buscar a correção justa

Correção do FGTS: O Supremo Tribunal Federal (STF) está analisando a correção dos saldos do FGTS, podendo favorecer os trabalhadores com uma decisão que equipara a remuneração do FGTS à da poupança.

Disputa Histórica: A ação, iniciada pelo partido Solidariedade em 2014, contesta a eficácia da Taxa Referencial (TR) como índice de correção do FGTS, apontando perdas significativas para os trabalhadores.

Votos Favoráveis: Até agora, três votos no STF indicam uma possível decisão favorável à correção mais justa do FGTS, melhorando as condições para os titulares do fundo.

Aberta a todos: A revisão do FGTS está disponível para todos que contribuíram para o fundo desde 1999, incluindo aposentados e pessoas que já sacaram o FGTS.

Custos: A adesão à ação tem um custo ajustado de R$ 250,00 para associados e R$ 350,00 para não associados, com honorários de 20% sobre o valor recuperado em caso de sucesso.

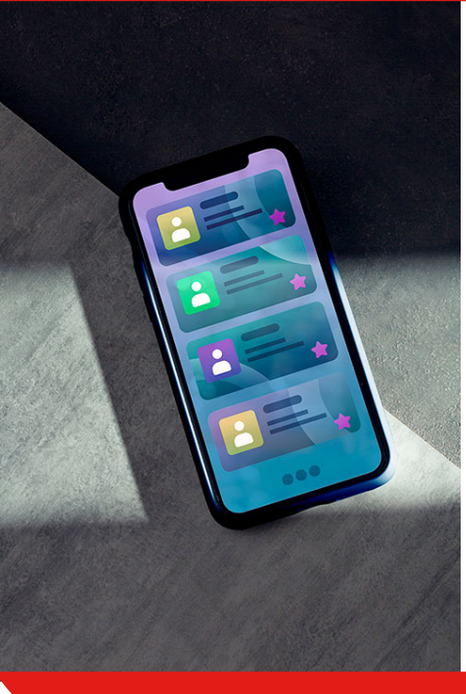
Isenção de Custos de Sucumbência: Processos com valor reivindicado até 60 salários mínimos estão isentos de custos de sucumbência em caso de derrota.

Como Aderir: Obtenha o extrato do FGTS pelo aplicativo oficial https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caixa.fgts.trabalhador.,solicite ao Sindilex o contrato e a procuração, preencha, assine e envie com a documentação necessária para sindilex@sindilex.org.br, juntamente com a cópia da Carteira de Trabalho, RG e o comprovante do depósito bancário do valor ajustado.

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

(11) 3104.1023 (11) 96607.9578
sindilex@sindilex.org.br